

REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

O descongelamento das carreiras na Função Pública foi uma das grandes promessas para o ano de 2018, do atual governo e dos partidos da esquerda que o apoiam no parlamento. Sucede no entanto que, até à presente data, grande parte dos funcionários públicos que tem direito a progredir na carreira ainda não recebeu o seu salário com o correspondente acréscimo remuneratório.

Apesar das promessas que o Ministro da Administração Interna tem vindo a dar aos profissionais da Polícia, confirmada no Parlamento, de que a situação dos 3.767 profissionais em condições de avançar na sua posição remuneratória estaria resolvida até finais de março, tal não aconteceu.

Em consequência desta recorrente incapacidade do governo em cumprir as suas promessas, foi a própria Associação Sindical dos Profissionais da Polícia que veio denunciar esta situação através da comunicação social, queixando-se que os recibos de vencimento dos profissionais da PSP relativos ao mês de abril ainda não contemplavam as prometidas progressões.

Esta estrutura de classe considera o atraso verificado como inaceitável, sobretudo quando se compara a situação dos agentes da PSP com a dos funcionários do ministério com funções "não policiais", estes na sua globalidade já colocados nas novas posições remuneratórias.

Acusando o Ministro da Administração Interna (MAI) de "desrespeitar a palavra" que o deu aos profissionais e ao Parlamento, a Associação Sindical dos Profissionais da Polícia veio pedir aos grupos parlamentares uma tomada de posição sobre a questão.

Não podem naturalmente os agentes da PSP contar com iniciativas sérias dos partidos que apoiam o governo na Assembleia da República, pois, se quisessem mesmo resolver o problema, já o tinham feito.

Na perspetiva do Partido Social Democrata não é aceitável que a generalidade dos funcionários públicos, incluindo os profissionais da Polícia, veja as suas expectativas continuamente defraudadas, continuando a maioria sem saber quando lhes serão efetivamente pagas as valorizações remuneratórias associadas ao descongelamento das carreiras, há muito prometidas.

Face ao exposto, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, os

deputados abaixo assinados do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata vêm perguntar ao **Ministro das Finanças**, através de V. Exa., o seguinte:

- 1 – Quando é que os profissionais da Polícia irão, efetivamente, receber o seu salário com o acréscimo remuneratório que lhes é devido nos termos da lei?
- 2 – Quais são os concretos motivos que estão a impedir que o governo cumpra o que está legalmente obrigado para com estes profissionais?
- 3 - Existe disponibilidade orçamental no Ministério da Administração Interna para fazer os pagamentos dos encargos com as progressões?
- 4 – Em caso negativo, quais os reforços orçamentais necessários e quando serão feitos?
- 5 – Qual o número de polícias que irão beneficiar do descongelamento de carreiras?

Palácio de São Bento, 20 de abril de 2018

Deputado(a)s

ÁLVARO BATISTA(PSD)

ADÃO SILVA(PSD)

MARIA DAS MERCÊS BORGES(PSD)

ANDREIA NETO(PSD)

JOSÉ SILVANO(PSD)

FÁTIMA RAMOS(PSD)

CARLA BARROS(PSD)

ANTÓNIO COSTA SILVA(PSD)

LAURA MONTEIRO MAGALHÃES(PSD)

FELICIANO BARREIRAS DUARTE(PSD)

PEDRO ALVES(PSD)

PEDRO ROQUE(PSD)

ANTÓNIO VENTURA(PSD)

EMÍLIA CERQUEIRA(PSD)

BERTA CABRAL(PSD)

MARGARIDA MANO(PSD)

JOSÉ ANTÓNIO SILVA(PSD)

HELGA CORREIA(PSD)

ANA OLIVEIRA(PSD)